



DIÁRIO DO GOVERNO

A correspondência oficial da capital e das províncias, *fora de porte*, bem como os periódicos que trocarem com o *Diário*, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.
Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberam na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18\$000 | Anúncios, por linha 60
Ditas por semestre 10\$000 | Comunicados e correspondências, por linha 60
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no *Diário do Governo*

A correspondência para a assinatura do *Diário do Governo* deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral de Administração Política e Civil, sobre movimento de pessoal.
Decretos de 30 de Dezembro de 1911:
Autorizando as Câmaras Municipais de Alfândega da Fé, Sabugal e Vieira a applicarem parte dos seus fundos de viação a determinadas despesas.
Determinando que os bacharéis das extintas Faculdades de Matemática e Filosofia da Universidade de Coimbra sejam equiparados, respectivamente, aos bacharéis da 1.ª secção e aos da 2.ª e 3.ª secções das actuaes Faculdades de Ciências.
Rectificações a despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.
Nova publicação, rectificada, do decreto de 18 de Novembro de 1911, sobre regência de cadeiras de pedagogia, história da pedagogia e metodologia geral nas Universidades de Lisboa e Coimbra.
Decreto de 9 de Dezembro de 1911, mandando abonar os respectivos vencimentos a um professor de instrução secundária reintegrado no quadro e colocado no Liceu de Viseu.
Despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.
Portaria de 3 de Janeiro, concedendo a exoneração ao director e ao secretário da Escola de Farmácia de Lisboa, e provendo os referidos cargos.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Portaria de 2 de Janeiro, mandando que os conservadores e officiais do registo civil comuniquem directamente aos funcionários consulares de Espanha os obitos dos súditos daquela Nação, ocorridos nas respectivas áreas.
Despachos criando postos de registo civil.
Despachos e rectificações a despachos, sobre movimento de pessoal do registo civil.
Portaria de 3 de Janeiro, prorrogando o prazo fixado para o encerramento dos livros do registo civil.
Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.
Despacho autorizando a Irmandade do Santíssimo da Enxara do Bispo a ter a seu cargo o culto público naquela freguesia.
Despachos e rectificações a despachos sobre constituição de comissões concelhias de administração de bens eclesiásticos.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Despachos concedendo aposentações.
Despachos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, sobre movimento de pessoal.
Rectificação à lista n.º 2 da colocação do pessoal de finanças, publicada no *Diário* n.º 279, de 1911.
Portaria de 2 de Janeiro, designando os primeiros officiais da Direcção Geral da Estatística que hão-de exercer os lugares de chefes de secção durante o ano de 1912.

MINISTÉRIO DA GUERRA:

Habilitações para levantamento de créditos.

MINISTÉRIO DA MARINHA:

Lei de 30 de Dezembro de 1911, fixando os abonos que tem o pessoal da armada que compõe as companhias de desembarque no continente, como ajuda de custo, em substituição do subsídio de embarque, auxílio para rancho e ração.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.
Relações de pedidos de registo de marcas e nomes industriais, de patentes e adições a patentes de invenção e desenhos de fábrica.
Despachos pela Direcção Geral do Comércio e Indústria, sobre movimento de pessoal.
Decretos de 30 de Dezembro de 1911:
Autorizando o abono de serviços extraordinários a um escriptorário da Inspeção da Agricultura, da Circunscrição do Sul.
Concedendo a exoneração do respectivo cargo ao director da Escola Nacional de Agricultura.
Rectificações a despachos pela Direcção Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.
Despacho passando à 2.ª classe a estação telégrafo-postal de Vila Nova de Fozcoã.

MINISTERIO DAS COLÓNIAS:

Despachos pela Direcção Geral das Colónias, sobre movimento de pessoal.
Portaria de 30 de Dezembro de 1911, louvando e dissolvendo a comissão que estudou as bases para um novo contracto de navegação para a Africa Ocidental e Oriental.
Nova publicação, rectificada, da portaria de 22 de Dezembro de 1911, sobre nomeação de aspirantes médicos das colónias.

CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, projectos de lei:
Sobre fornecimentos para navios em S. Vicente de Cabo Verde.
Para a construção duma linha férrea de Valongo a Gondomar.
Sobre a applicação de certas disposições da lei do recrutamento aos alunos das universidades.

AVISOS E ANÚNCIOS OFFICIAIS:

Junta do Crédito Público, editos para levantamento de depósitos.
Administração do concelho de Guimarães, anúncio de concurso para provimento dum lugar de guarda do corpo policial.
Comissão do Recenseamento de Jurados da comarca de Lisboa, aviso acerca do sorteio de jurados.
Penitenciária Central de Lisboa, anúncio para arrematação de leite e farinha de trigo.
Direcção das Obras Públicas do distrito do Porto, anúncio para arrematação da pintura da Ponte D. Luís I.
Exploração do porto de Lisboa, anúncio, programa e caderno de encargos para fornecimento de guindastes eléctricos.
Observatório Astronómico de Lisboa, boletim da hora média na 2.ª quinzena de Dezembro de 1911.
Observatório do Infante D. Luís, boletim meteorológico.

Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 3—Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 29 de Dezembro de 1911.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral da Administração Política e Civil

Para os devidos effeitos se publicam os seguintes despachos:

24 de Dezembro de 1911

Bacharel Alberto Sabino Ferreira—exonerado do cargo de administrador do concelho de Avis.

Júlio Gonçalves—nomeado administrador do concelho do Carregal.

José Henriques Pereira de Sousa—exonerado, como pediu, do cargo de administrador do concelho de Belmonte.

José Maria Gonçalves Vanter—exonerado do cargo de administrador do concelho de Penedono.

António Salvador Costa—nomeado para o mesmo cargo.

Secretaria do Ministério do Interior, em 3 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *Ricardo Poes Gomes*.

Para os effeitos convenientes se publica, devidamente rectificado, o seguinte despacho, visado pelo Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 28 de Dezembro de 1911:

24 de Dezembro de 1911

Bacharel Alberto dos Santos Nogueira Lobo—nomeado para o cargo de governador civil substituto do distrito de Coimbra.

Secretaria do Ministério do Interior, em 3 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *Ricardo Paes Gomes*.

Sob proposta do Ministro do Interior: hei por bem autorizar a Câmara Municipal do concelho da Alfândega da Fé a desviar do seu fundo de viação, depositado na Caixa Geral de Depósitos, a quantia de 700\$000 réis, para applicar à conclusão das obras no edificio destinado às repartições públicas do concelho, visto não poder ocorrer a esta despesa pelas suas receitas ordinárias.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 30 de Dezembro de 1911.—*Manuel de Arriaga—Silvestre Falcão*.

Sob proposta do Ministro do Interior: hei por bem autorizar a Câmara Municipal de Sabugal a desviar do seu fundo de viação, depositado na Caixa Geral de Depósitos, a quantia de 3:000\$000 réis, para ocorrer às despesas com a reparação e ampliação do edificio dos Paços do Concelho, que não pode satisfazer pelas suas receitas ordinárias.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 30 de Dezembro de 1911.—*Manuel de Arriaga—Silvestre Falcão*.

Sob proposta do Ministro do Interior: hei por bem autorizar a Câmara Municipal do concelho de Vieira a desviar do seu fundo de viação, depositado na Caixa Geral de Depósitos, a quantia de 4:041\$048 réis, para applicar ao pagamento de dividas passivas, visto não poder ocorrer a esta despesa pelas suas receitas ordinárias.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 30 de Dezembro de 1911.—*Manuel de Arriaga—Silvestre Falcão*.

Direcção Geral da Instrução Primária

3.ª Repartição

Por haver saído com inexactidão no *Diário do Governo* n.º 297, de 21 de Dezembro último, novamente se publica o seguinte despacho:

Por alvará de 28 de Outubro, com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 16 de Novembro último:

Joaquim Hilarião Cordeiro—nomeado professor interino da escola para o sexo masculino da freguesia de Assumar, concelho de Monforte, circulo escolar de Elvas.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 3 de Janeiro de 1911.—O Director Geral, *Leão Azêdo*.

Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial

1.ª Repartição

Considerando que não há ainda, nem poderá haver regularmente, antes de decorridos quatro anos, indivíduos habilitados com o título de bacharel, em qualquer das três secções das Faculdades de Ciências, nos termos da organização universitária actual;

Usando das attribuições que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro do Interior, que os bacharéis formados pela extinta Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra sejam equiparados aos bacharéis da 1.ª secção das Faculdades de Ciências, e que os bacharéis formados pela extinta Faculdade de Filosofia da mesma Universidade sejam equiparados aos bacharéis das 2.ª e 3.ª secções das referidas Faculdades de Ciências.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 30 de Dezembro de 1911.—*Manuel de Arriaga—Silvestre Falcão*.

Por ordem superior novamente se publica o seguinte:

Considerando que as cadeiras de pedagogia e de história da pedagogia, do extinto Curso Superior de Letras, estão já funcionando como pertencentes à Escola Normal Superior, nos termos do §.º 4.º do artigo 158.º do Regulamento das Faculdades de Letras, e que os alunos do 4.º ano, tanto de letras, como de sciencias, do regime transitório do mesmo extinto curso, tem já lições de metodologia geral, nos termos do referido parágrafo;

Atendendo a que na Secretaria Geral da Universidade de Coimbra existem requerimentos de alunos, com todos os preparatórios dos três primeiros anos do curso de habilitação para o magistério secundário de matemáticas, sciencias fisico-químicas e histórico-naturais e desenho, criado por decreto de 3 de Outubro de 1902, que pretendem matricular-se nas cadeiras do 4.º ano do mesmo curso, e não sendo justo que, dada a igualdade da organização das Faculdades de Letras e das Escolas Normais Superiores das Universidades de Coimbra e de Lisboa, aqueles alunos sejam obrigados a transforir a sua residência para esta cidade, a fim de frequentarem as cadeiras de pedagogia, de história da pedagogia e de metodologia geral das sciencias matemáticas e das sciencias da natureza, ensinadas na Faculdade de Letras de Lisboa:

Hei por bem decretar, usando das attribuições que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, e sob proposta do Ministro do Interior:

1.º Que aos professores da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que já estão regendo as cadeiras de pedagogia, de história da pedagogia e de metodologia geral, seja paga a gratificação a que se refere o artigo 37.º do decreto, com força de lei, de 21 de Maio de 1911, que criou as Escolas Normais Superiores, e se encontra inscrita na respectiva tabela de desposo do Orçamento Geral do Estado.

2.º Que junto das Faculdades de Letras e de Ciências da Universidade de Coimbra sejam criadas as cadeiras de pedagogia, de história da pedagogia e de metodologia geral das sciencias matemáticas e das sciencias da natureza, sendo os professores das duas primeiras escolhidos pelo Conselho Escolar da Faculdade de Letras e o professor da última pelo Conselho Escolar da Faculdade de Ciências, os quais deverão perceber a mesma gratificação a que se refere o já citado artigo 37.º do decreto de 21 de Maio de 1911.

Paços do Governo da República, em 23 de Dezembro de 1911.—*Manuel de Arriaga—Silvestre Falcão*.

Tem o visto do Conselho Superior de Administração Financeira do Estado, de 23 de Dezembro de 1911.

2.ª Repartição

Atendendo a que o bacharel João de Barros era professor do quadro dos liceus com exercício no de Alexandre Herculano, do Porto, ao ser nomeado Director Geral da Instrução Primária, por decreto de 12 de Outubro de 1910;

Atendendo a que, quando exonerado a seu pedido, por decreto de 13 de Março findo, do referido cargo de Director Geral, não pôde ser reintegrado no antigo lugar de professor pelo facto de já se achar então provida a vaga aberta no mencionado liceu;

Considerando que, em vista de tais circunstancias, foi reintegrado no magistério Secundário, por decreto de 16

de Abril último, superiormente visado, e colocado no Liceu Central de Camões, nos termos do mesmo decreto; Tendo em vista que, ao iniciar-se o actual ano lectivo, se mantinham as mesmas circunstâncias que motivaram aquella colocação:

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro do Interior, que ao bacharel João de Barros sejam mandados abonar, pelas forças das disponibilidades da competente verba orçamental, os respectivos vencimentos, visto ser, por decreto desta data, colocado no lugar vago de professor do segundo grupo do liceu Alves Martins, de Visou, em virtude da exoneração de Carlos de Mesquita.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 9 de Dezembro de 1911.—*Manuel de Arriaga—Silvestre Falcão.*

(Tem o visto do Conselho Superior de Administração Financeira do Estado, de 28 de Dezembro de 1911).

3.ª Repartição

Por despacho Ministerial de 3 de Novembro último: Nomeados professores provisórios do Liceu de Braga—José Maria Braga da Cruz, José Fernandes Rodrigues, Luis Joaquim de Queiroz, Eduardo Emilio Monteverde, Verissimo Augusto da Silva Guimarães e Camilo Correia Guimarães. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 23 de Dezembro de 1911).

Por despacho Ministerial da mesma data: Nomeados professores provisórios do Liceu de Lamego—Luis Augusto Casimiro do Freitas e Jaime Corroia de Sousa. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 28 de Dezembro último).

Por despacho Ministerial de 15 de Novembro último: Francisco Cotrim da Silva Garcez—nomeado professor provisório do Liceu de Sá da Bandeira (Santarém). (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 28 de Dezembro último).

Por despacho ministerial de 8 de Novembro último: Nomeados professores provisórios do Liceu de Maria Pia—António Maria de Matos Cordeiro, Artur de Miranda Lemos, Eduardo Crisanto Xavier de Valez, Jorge Artur do Almeida, Luis de Sequoira, Tasso de Miranda Cabral, José de Moura Fco Terenas, Tomás Vaz de Borba, José Maria da Silva Guedes, João Hipólito Gracias, Artur Lobo de Campos, Alda Ricardina de Azevedo Perdigão, Maria das Dores Formozinho Vieira, Júlia da Conceição Figueiredo, Judit Sara Pereira e Silva, Maria Cecília Almendo Coutinho, Maria Carolina Silva, Briolanja Belmira Barbosa, Olívia de Figueiredo Vasconcelos e Sá, Berta Gomes Valente de Almeida, Antónia Prado Martins, Henriqueta da Assunção Duarte de Jesus e Martins Hubert Maas. (Tem o visto de 18 de Dezembro de 1911).

Por despacho ministerial de 15 de Novembro último: Armindo de Sampaio—nomeado professor provisório do Liceu de Beja. (Tem o visto de 28 de Dezembro de 1911).

Por despacho ministerial de 25 de Novembro último: Possidónio Mateus Laranjo Coelho e Alfredo Tovar de Lemos Júnior—nomeados professores provisórios do Liceu de Pedro Nunes.

Joaquim Ramos de Oliveira e Adolfo Godfroy Abreu e Lima—nomeados professores supranumerários do mesmo liceu.

(Tem o visto de 28 de Dezembro de 1911).

Por despacho ministerial de 1 de Novembro último: Júlio Teixeira Bastos, Francisco Baptista Leitão e António Vaz Volho da Palma—nomeados professores supranumerários do Liceu de Camões. (Tem o visto de 27 de Dezembro de 1911).

Por despacho ministerial de 3 de Novembro último: Carlos Monteiro Serra—nomeado professor provisório do Liceu de Évora. (Tem o visto de 27 de Dezembro de 1911).

Por despacho ministerial de 15 de Novembro último: Álvaro Júdice, Vidal Alberto de Andrade Belmarço, António Miguel Galvão, Severiano Alberto Ivens Ferraz, Viriato Ribeiro de Lemos, António da Silva Vieira e Eduardo da Fonseca Salter de Sousa—nomeados professores provisórios do Liceu de Faro. (Tem o visto de 28 de Dezembro de 1911).

Por decreto de 2 de Dezembro de 1911: Sebastião Cabral da Costa Sacadura, médico escolar—nomeado, nos termos do § único do artigo 4.º do decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911 e do n.º 1.º do artigo 46.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, inspector geral da sanidade escolar. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 18 de Dezembro de 1911).

Por decreto de 9 de Dezembro de 1911: Gustavo Cordeiro Ramos, professor efectivo do 3.º grupo do Liceu de Évora—nomeado, nos termos do § único do artigo 41.º do decreto com força de lei de 19 de Abril de 1911 e do n.º 1.º do artigo 46.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, professor extraordinário do grupo de filologia germânica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 30 de Dezembro de 1911).

Por decreto de 23 de Dezembro de 1911:

Gustavo Cordeiro Ramos—exonerado do cargo de professor do 3.º grupo do Liceu de Évora, por ter sido nomeado, em decreto de 9 de Dezembro último, professor extraordinário do grupo de filologia germânica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Por decretos de 30 de Dezembro de 1911:

José Luis de Andrade Mendes Pinheiro, demitido do lugar de professor de desenho da secção de sciencias matemáticas da Faculdade de Sciencias da Universidade de Coimbra, para que havia sido nomeado por decreto de 24 de Novembro de 1911, visto achar-se ausente do respectivo serviço, sem justificação das faltas, desde 6 de Fevereiro do corrente ano, e por isso incurso no disposto do artigo 2.º do decreto de 15 de Dezembro de 1894.

Norberto Teixeira da Silva, demitido do lugar de escriptorário da Escola de Farmácia da Universidade do Porto, visto achar-se incurso no artigo 2.º do decreto de 15 de Dezembro de 1894, por ausência ilegítima do serviço há muitos meses.

Por decretos de 9 de Dezembro de 1911:

Mark Athias—nomeado, nos termos do artigo 49.º do decreto, com força de lei, de 22 de Fevereiro de 1911, que reformou o ensino médico, do artigo 95.º do decreto de 23 de Agosto de 1911, que regulamenta aquele ensino, dos artigos 6.º e 44.º do decreto de 6 de Julho de 1911, que regulamenta o Instituto de Bacteriologia Camara Pestana, e nos termos do n.º 1.º do artigo 46.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, primeiro assistente da 5.ª classe da Faculdade de Medicina de Lisboa. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 28 de Dezembro de 1911).

Luis Wittnich Carriço—nomeado, nos termos do § único do artigo 41.º do decreto, com força de lei, de 9 de Abril de 1911 e do n.º 1 do artigo 46.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, primeiro assistente do 2.º grupo da 3.ª secção da Faculdade de Sciencias da Universidade de Coimbra. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 28 de Dezembro de 1911).

José Colaço Alves Sobal—nomeado, nos termos do § único do artigo 128.º do regulamento de 18 de Agosto de 1911 e do n.º 1 do artigo 46.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, primeiro assistente da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 28 de Dezembro de 1911).

Por portaria de 20 de Dezembro de 1911:

Nomeados segundos assistentes provisórios da Faculdade de Medicina do Porto:

Para a 2.ª classe: o aluno do 3.º ano do curso médico, António da Costa Portela.

Para a 7.ª classe: o antigo adjunto do chefe de clinica cirúrgica, Carlos Maciel Ribeiro Fortes.

Para a 8.ª classe: o médico, Alfredo da Rocha Pereira.

(Tem o visto do Conselho Superior de Administração Financeira do Estado, de 23 de Dezembro de 1911).

Por despacho ministerial de 3 do corrente:

Macário da Silva, professor efectivo do Liceu Central de Coimbra—licença por quinze dias, sem vencimento, para tratar de negócios particulares.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, em 3 de Dezembro de 1912.—O Director Geral, *Angelo da Fonseca.*

Tendo os professores da Escola de Farmácia, José Evaristo de Moraes Sarmento e António Moreira Beato pedido a demissão, respectivamente, dos lugares de director e secretário da Escola de Farmácia de Lisboa, para que haviam sido eleitos em sessão do Conselho Escolar, de 17 de Outubro último;

Tendo-se procedido a nova eleição daqueles cargos em sessão de 2 do corrente mês, sendo eleitos os professores José da Ponte e Sousa para director e Manuel Fernandes da Cruz para secretário da Escola de Farmácia de Lisboa:

Manda o Governo da República Portuguesa que, pelo Ministro do Interior, sejam deferidos os pedidos de exoneração dos director e secretário da Escola de Farmácia de Lisboa, eleitos em 17 de Outubro último, e confirmadas as eleições dos professores José da Ponte e Sousa e Manuel Fernandes da Cruz para, respectivamente, exercerem aqueles cargos.

Paços do Governo da República, em 3 de Janeiro de 1912.—O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Conservatória Geral do Registo Civil

Considerando que, em harmonia com o artigo 19.º da Convenção Consular em vigor entre Portugal e Espanha de 21 de Fevereiro de 1870, as autoridades locais portuguesas tem de comunicar aos funcionários consulares daquele país, residentes na área da sua respectiva circunscrição, todos os óbitos de cidadãos espanhóis que nessas circunscrições ocorrerem;

Considerando que o artigo 262.º do Código do Registo Civil estabelece duma maneira geral as formalidades que tem de ser cumpridas pelos funcionários do mesmo registo, mas atendendo a que a dita Convenção não tem sido aplicada nesta parte pelos conservadores e oficiais do registo civil, talvez pelo facto de não serem considerados autoridades locais:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que os conservadores e oficiais do registo civil do continente e ilhas adjacentes, sem prejuizo do artigo 262.º do referido Código, cumpram o estabelecido no artigo 19.º da Convenção, comunicando directamente aos funcionários consulares daquele país e residentes na área da sua circunscrição a nota imediata dos respectivos óbitos.

Paços do Governo da República, em 2 de Janeiro de 1912.—O Ministro da Justiça, *António Macieira.*

Despachos efectuados em 3 de Janeiro de 1912

Criado um posto de registo civil na freguesia de Figueiró da Granja, concelho de Fornos de Algodres.

Idem na freguesia de Raiva, concelho de Castelo de Paiva, compreendendo a freguesia de Pedrido e os lugares de Guizela, Gondra, Pijão e Ponte de Arda da freguesia de Paraizo.

Higino de Figueiredo, Ferreira—nomeado ajudante do posto de Raiva.

José da Costa de Abreu—idem da Repartição do concelho de Castelo de Paiva.

Joaquim Gonçalves Coruche—exonerado de ajudante do posto do Hospital Geral de Santo António do Porto.

O nome do ajudante do posto do registo civil do Alcaide, concelho do Fundão, é José Mendes Ferreira e não José Mendes Serra, como foi publicado.

Despachos efectuados em 30 de Dezembro de 1911

Bacharel Custódio Martins de Paiva—nomeado official do registo civil no concelho de Pedrogão Grande.

Bacharel Júlio Candido Cesar Baptista—declarado sem efeito o decreto que o nomeou official do registo civil no concelho de Caminha.

Conservatória Geral do Registo Civil, em 3 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *Germano Martins.*

Atendendo a que no estado actual dos serviços do registo civil parece insufficiente o prazo até o dia 5 de Janeiro estabelecido no artigo 86.º do Código do Registo Civil para encerramento dos respectivos livros;

Atendendo às informações providas de diversas repartições do registo civil:

Manda o Governo da República Portuguesa que, pelo Ministro da Justiça, seja prorrogado o referido prazo até o fim do corrente mês.

Paços do Governo da República, em 3 de Janeiro de 1912.—O Ministro da Justiça, *António Macieira.*

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos efectuados nas seguintes datas

Dezembro 30

Guilherme Frazão—nomeado escrivão do primeiro officio do juizo de direito da comarca da Ilha da Graciosa.

António Luis da Cunha—exonerado, como requereu, do cargo de juiz de paz do distrito de Castro Daire, comarca do mesmo nome.

Luis Maria de Noronha—demitido do lugar de amanuense de 2.ª classe da Secretaria da Procuradoria da República junto da Relação de Lisboa.

Janeiro 2

João Vieira Coelho de Macedo, ajudante de notário na comarca de Pombal—autorizado, provisoriamente, a exercer as funções de solicitador da mesma comarca.

Licença de que tom do ser pagos os respectivos emolumentos:

Janeiro 2

Bacharel Alberto de Castro Pereira de Almeida Navarro, juiz de direito da comarca de Estremoz—seis meses de licença, sem vencimento, por motivo de doença, e sem prejuizo do serviço público.

Licenças de que foram pagos os respectivos emolumentos:

Dezembro 30

Possidónio José da Silva Marçal, contador na comarca de Castelo Branco—trinta dias, por motivo de doença.

Janeiro 2

Bacharel Francisco Marquês, conservador do registo predial na comarca da Lourinhã—autorizado a gozar treze dias de licença anterior.

Declara-se que os decretos relativos a Manuel Inácio dos Santos e a Feliciano César de Castro Castelo Branco, publicados no *Diário do Governo* de 3 de Janeiro corrente, tem a data de 30 de Dezembro de 1911.

Direcção Geral da Justiça, em 3 de Janeiro de 1912.—O Director Geral, *Germano Martins.*